CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 714/86 (REAUTUADO EM 03/10/89)

INTERESSADO : Instituto Municipal de Ensino Superior de
Bebedouro

ASSUNTO : Alteração Regimental

DELATOR : Consº Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá

PARECER CEE Nº 263/90 APROVADO EM 28/03/90
Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

A Faculdade de Administração de Empresas do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro submete à apreciação deste Conselho as alterações na estrutura curricular do Curso de Administração e as alterações nos artigos 44, 46, 51, 53, 75, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 105, 113 e 122 de seu Regimento, com vigência para o ano letivo de 1990.

As alterações propostas, referentes a grade curricular do Curso de Administração, foram aprovadas pela Congregação do Instituto em reunião realizada aos 23/09/89, e prendem-se ao fato da Faculdade solicitar a mudança do regime letivo de semestral para anual.

2. APRECIÇÃO

A estrutura curricular vigente foi aprovada pela Parecer CEE nº 181/88.

São as seguintes as alterações solicitadas:

1. Disciplinas que tiveram suas cargas horárias aumentadas:

-Matemática I - de 45 para 72 h/a;

-Matemática II- de 75 para 72 h/a e remanejamento da disciplina do 2º semestre para o 2º ano;

-Estatística I de 60 para 72 h/a;

-Estatística II- de 75 para 72 h/a e remanejamento da disciplina do 22 semestre para o 23 ano;

-Contabilidade Geral I - de 60 para 72 h/a;

-Contabilidade Geral II - de 60 para 72 h/a e remanejamento da disciplina do 2º semestre para o 2º ano;

-Administração Financeira e Orçamento I e II - de 120 para 144 h/a com a denominação de Administração Financeira e Orçamento;

- Direito de Legislação Tributária I e II - de 120 para 144 h/a com a denominação de Direito e legislação Tributária I;
- Legislação Social I e II - de 60 para 72 h/a com denominação de Legislação Social;
- Instituto de Direito Público e Privado I e II -de 120 para 144 h/a com denominação de Instituições de Direito Público e Privado;
- Teoria Econômica I e II - de 135 para 144 h/a com a denominação de Teoria Econômica;
- Economia Brasileira I e II - de 60 para 72 h/a com denominação de Economia Brasileira;
- Sociologia Aplicada à Administração - de 60 para 72 h/a;
- Comunicação Oral e Escrita - de 45 para 72 h/a;
- Psicologia Aplicada a Administração - de 60 para 72 h/a o remanejamento da disciplina do 3º semestre para o 3º ano;
- Metodologia Científica - 45 para 72 h/a;
- História da Formação Econômica do Brasil I e II de 60 para 72 h/a;
- Técnica Comercial- de 60 para 144 h/a;
- Organização e Métodos I e II de 60 para 72 h/a;
- Processamento de Dados I - de 60 para 72 h/a e remanejamento da disciplina do 3º semestre para o 3º ano;
- Processamento de Dados II - de 60 para 72 h/a e remanejamento da disciplina do 4º semestre para o 4º ano;
- Estudo de Problemas Brasileiros I e II - de 60 para 72 h/a;
- Educação Física I a VIII - de 240 para 288 h/a com denominação de Educação Física de I a IV;
- Estágio Supervisionado I, II e III - de 270 para 32 h/a com a denominação de Estágio Supervisionado.

2. Disciplinas que tiveram suas cargas horárias diminuídas:

- Administração de Material I e II - de 150 para 144

h/a com denominação de Administração de Material.

- Administração de Pessoal I e II - de 150 para 144

h/a com a denominação de Administração de Pessoal.

- Teoria Geral da Administração I, II e III - de 195 para 160 h/a com a denominação de Teoria Geral da Administração I e II;

- Administração de Produção e Vendas I e II - de 180 para 144 h/a com a denominação de Administração de Produção e Vendas;

- Contabilidade Comercial - de 75 para 72 h/a;

- Direito Administrativo I e II- de 90 para 72 h/a com a denominação de Direito Administrativo I.

3. Disciplinas excluídas

- Psicologia Geral - 45 h/a;

- Sociologia Geral - 45 h/a.

4. Novas disciplinas incluídas

-Economia Internacional - 72 h/a no 4º ano.

O Curso de Administração será integralizado, de acordo com a nova proposta, em 4 (quatro) anos letivos, com uma carga horária de 2.988 h/a, excluídas as horas das disciplinas Obrigatórias por lei; houve um acréscimo de 288 h/a na carga parcial e de 348 h/a na carga horária total (incluindo Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física).

Obedece, portanto, à Resolução S/N, de 08 de julho de 1966; que fixa os mínimos do Curso de Administração e a estrutura que deverá entrar em vigor encontra-se às fls. 233 e 234 do processo.

A alteração do período letivo, de semestral para anual, acarreta mudanças nos artigos nºs 44, 46, 51, 53, 75, 93, 97, 98, 99 e 101, que passaram a ter a seguinte redação:

TEXTO EM VIGOR

Artigo 44 - Em relação ao Curso de Graduação será observado o seguinte:

TEXTO PROPOSTO

Artigo 44 - A carga horária e a integralização do Curso de Administração com Habilitação em Ad-

I - O Curso de Administração com Habilitação em Administração de Empresas terá a carga horária mínima de 2700 horas de aula, integralizada em 08 (oito) semestres no mínimo e 14 (quatorze) no máximo:

O IMES de Bebedouro deverá alterar a redação do artigo 44 para evitar que futuras alterações na grade curricular da Habilitação em Administração de Empresas acarretam novas modificações no citado artigo.

Artigo 46 - O Currículo Pleno do Curso de graduação do Instituto será estruturado na forma seriada semestral.

Artigo 51 - O Currículo Pleno do Curso de Graduação, distribuído em séries, está descrito em anexo ao presente Regimento.

Artigo 53 - O período letivo é semestral, com duração de no mínimo 90 dias de trabalho escolar efetivo, excluídos os dias reservados a exames.

Parágrafo único inalterado

Artigo 75 -"caput" inalterado § 1º inalterado

^ 2º - o pedido de trancamento cêu reserva de vaga será deferido desde .que efetivado o paganenter^integral das mensalida-

ministração de Empresas será tratado no Anexo II

Artigo 46 - O Currículo pleno do Curso de Graduação do Instituto será estruturado na forma seriada anual.

Artigo 51 - O Currículo Pleno do Curso de Graduação, distribuído em séries anuais, está descrito em anexo ao presente Regimento.

Artigo 53 - O período letivo é anual, com duração de, no mínimo, 180 dias de trabalho escolar efetivo, excluídos os dias reservados a exames.

§ 2º - O pedido de trancamento com reserva de vaga será deferido desde que efetuado o pagamento integral das mensalidades relativos ao ano letivo.

des relativas à(s) semestralidade(s) do ano letivo.

§ 3º - O pedido de trancamento sem reserva de vaga será deferido desde que provada a ocorrência de incapacidade física temporária, ou motivo considerado relevante pela direção do Instituto, além de estar em dia com os pagamentos das prestações da semestralidade.

Artigo 93 - O aproveitamento escolar de cada semestre letivo será aferido através das seguintes provas para cada uma das disciplinas do currículo do Curso:

- a) uma prova escrita realizada no terceiro mês do semestre letivo, de acordo com o horário organizado pela secretaria e aprovado pelo Diretor;
- b) uma prova, que poderá ser escrita, oral ou prática, a critério do professor da disciplina, após o encerramento do período letivo semestral, observado o disposto no artigo 97 e seguintes, de acordo com o horário organizado pela Secretaria e aprovado pelo Diretor, denominada "exame".

§ 3- - O pedido de trancamento sem reserva de vaga, será deferido desde que provada a ocorrência de incapacidade física temporária, ou motivo considerado relevante pela direção do Instituto, além de estar em dia com os pagamentos das prestações na data da solicitação.

Artigo 93 - O aproveitamento escolar de cada ano letivo será aferido através das seguintes provas e trabalhos para cada uma das disciplinas do currículo do Curso:

- a) uma prova escrita realizada por bimestre, de acordo com o horário organizado pela secretaria e aprovado pelo Diretor;
- b) um trabalho que deverá ser escrito e apresentado dentro do prazo estipulado.
- c) um exame final a ser realizado após o período letivo.

Artigo 94 - Aplicar-se-ão às provas relacionadas nos itens "a" e "b" do artigo 3º o seguinte:

I - Inalterado

II- terá nota zero (0) o aluno que não comparecer às provas, ressalvada a hipótese do artigo 95.

Artigo 97 - Concluído o período letivo na forma disposta neste Regimento, os alunos que tiveram frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas previstas para a disciplina, serão submetidos ao exame referido no item "a" do artigo 93 deste Regimento.

§ 1º - Para a realização do exame, o aluno deverá comprovar estar quite com a Tesouraria e Biblioteca da Faculdade.

§ 2º - Inalterado

Artigo 98 - Será considerado aprovado, na disciplina, em primeira época, o aluno que obtiver nota mínima 5 (cinco) na média ponderada da nota da aproveitamento a que se refere o inciso "a" do artigo 93 deste Regimento e do exame a que se refere o inciso "b" do mesmo artigo.

Artigo 94 - Aplicar-se-ão às provas, trabalhos e exames relacionados nos itens "a", "b" e "c" do parágrafo 93 o seguinte:

I - Inalterada

II- terá nota zero (0) no bimestre o aluno que não comparecer às provas e não entregar trabalhos, ressalvada a hipótese do artigo 95.

Artigo 97- Concluído o período letivo na forma disposta neste Regimento, os alunos que tiverem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas previstas para a disciplina serão submetidos ao exame final.

§ 1º - Para a realização do exame o aluno deverá comprovar estar quite com a Tesouraria e a Biblioteca do Instituto.

Artigo 98 - Será considerado aprovado na disciplina, em primeira época, o aluno que obtiver nota mínima 7 (sete) na média aritmética das provas e trabalhos bimestrais, ficando dispensado dos exames finais.

§ 1º - Para o cálculo da média ponderada referida no caput deste artigo serão considerados os seguintes pesos:

I - a nota de aproveitamento escolar, referido no inciso "a" do artigo 93, terá peso (dois).

§ 2º - Inalterado.

Artigo 99 - Fará exame de 2ª época o aluno que tiver logrado frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das aulas pre vistas para a disciplina no semestre letivo, e não tenha logrado a média 5 (cinco) a que se refere o artigo 98 e seus parágrafos, deste Regimento.

Parágrafo único - O exame de segunda época poderá ser escrito, oral ou prático, a critério do professor da disciplina e atendido o disposto nos artigos 94 e 96 deste Regimento.

Artigo 101 - Será considerado aprovado na disciplina, em segunda época, o aluno que obtiver nota 5 (cinco) na média ponderada da nota de aproveitamento, a que se refere o inciso "a" do artigo 93 deste Regimento, e do exame a que se refere o artigo 99 e seu Parágrafo único.

§ 1º - Será considerado aprovado, na disciplina, em primeira época, o aluno que submetido a exame final obtiver a média aritmética 5 (cinco) das provas, trabalhos bimestrais e exame final.

Artigo 99 - Fará exame de segunda época o aluno que tiver logrado frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de aulas previstas para a disciplina no ano letivo, e não tenha logrado a média 5 (cinco) a que se refere o parágrafo primeiro do artigo 98 deste Regimento.

Parágrafo único - O exame de segunda época, deverá ser escrito, podendo ser completado com trabalhos práticos a critério do professor da disciplina e atendido. O disposto nos artigos 94 e 96 deste Regimento.

Artigo 101 - Será considerado aprovado na disciplina, em segunda época, o aluno que obtiver nota 5 (cinco) na média aritmética da nota de aproveitamento, a que se referem os incisos "a", "b", "c" do artigo 93 deste Regimento, e do exame que se refere o Parágrafo único do artigo 99.

§ 1º - Para cálculo da média ponderada referida no "caput" serão considerados os seguintes pesos:

I - a nota de aproveitamento escolar, referida no inciso "a" do artigo 93, terá peso 2 (dois);

II - a nota de exame de 2ª época terá peso 3 (três).

§ 2º - Não haverá arredondamento no cálculo da média a que se refere o "caput" deste artigo. A divisão será encerrada na primeira casa decimal, desprezando o resto, se houver.

Parágrafo único - Não haverá arredondamento no cálculo da média a que se refere o "caput" deste artigo. A divisão será encerrada na primeira casa decimal, desprezando o resto se houver.

O Instituto propõe ainda alteração nos artigos nºs 102, 105, 113 e 122 que passarão a ter a seguinte redação;

TEXTO EM VIGOR

Artigo 102 - Somente no exame de segunda época caberá pedido de revisão de provas.

§ 1º - A revisão de provas, de que trata, o "caput" deste artigo, deverá ser requerida ao Diretor, com a devida fundamentação, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da afixação das notas nos murais da Faculdade.

§ 2º - inalterado

Artigo 105 - Os contratos de trabalho do pessoal docente são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

TEXTO PROPOSTO

Artigo 102 - Somente nos exames de primeira e segunda época caberá pedido de revisão de provas.

§ 1º - A revisão de provas, de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser requerida ao Diretor, com a devida fundamentação, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contando da data da afixação das notas nos murais do Instituto.

Artigo 105 - Os contratos de trabalho do pessoal docente são regidos pelo regime Estatutário do Município.

Artigo 113 - O vencimento-base do professor será de um fixo por hora-aula, devendo do respectivo contrato constar normas de seu recebimento e as garantias asseguradas pelas leis trabalhistas e oferecidas pelo IMESB.

Artigo 122 - A representação estudantil, de que trata o artigo anterior, será indicada pelo Diretório Acadêmico, através de ofício dirigido ao Diretor do Instituto.

Parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º inalterados.

Artigo 113 - O vencimento-base do professor será de um fixo por hora-aula, devendo do respectivo contrato constar normas de seu recebimento e as garantias asseguradas pelo IMESB.

Artigo 122 - A representação estudantil, de que trata o artigo anterior, será indicada pelo Diretório Acadêmico.

Da análise do regimento verificou-se que a matéria referente à Regulamentação do Concurso Vestibular não consta em anexo próprio como indica o artigo 54, mas faz parte do corpo regimental, artigos 55 a 61.

Como a Deliberação CEE nº 26/77, que dispõe sobre normas regimentais do Concurso Vestibular, nos estabelecimentos isolados de ensino superior jurisdicionados a este Conselho, reza em seu Parágrafo único do artigo 1º: "A regulamentação do concurso vestibular pode figurar em anexo ao regimento", propomos a seguinte redação para o artigo 54.

TEXTO EM VIGOR

Artigo 54 - O Concurso Vestibular será realizado em obediência às normas que constituem anexo a este Regimento.

TEXTO PROPOSTO

Artigo 54 - O Concurso Vestibular será realizado em obediência às normas do Conselho Estadual de Educação.

Verificou-se, ainda, que o Anexo III - Composição dos Departamentos, não consta do atual Regimento, devendo o Instituto enviá-lo a esta Assistência Técnica por ocasião da rubrica das novas alterações regimentais.

3. CONCLUSÃO:

Aprovam-se a nova estrutura curricular do Curso de Administração e as demais alterações regimentais do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1990

a) Cons^o Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 28 de março de 1990.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Presidente